



Gustavo Casseb Pessoffi
Especialista em Políticas Públicas e Gestão
Governamental - EPPGG estadual. Desde
2009 é diretor de Indicadores e Estatísticas
da Superintendência de Estudo Econômicos
e Sociais da Bahia (SEI). Em 2014, 2015 e
2017 foi presidente e atualmente (2020)
é vice-presidente do Conselho Regional
de Economia da Bahia (Corecon-BA).

UMA NOVA DÉCADA PERDIDA

Os economistas da minha geração foram formados para, entre outras coisas, compreender os motivos que levaram o Brasil do “milagre econômico” a um período obscuro (*the dark side of the force*), que foi estigmatizado como década perdida. Mesmo com toda a revolução cultural e musical e a redemocratização política, com o fim da ditadura militar, foi o campo da economia que produziu esse significado aos saudosos anos 80 do século XX.

As explicações para essa denominação estavam ancoradas em quatro pilares principais: 1 – o estrangulamento externo, ainda como consequência do segundo choque do petróleo, com diminuição dos financiamentos internacionais e das exportações para os EUA, à época principal parceiro comercial do Brasil; 2 – crise fiscal e financeira do Estado, provocando elevação do endividamento externo e dificuldades de pagamento dos serviços da dívida; 3 - queda da formação bruta de capital fixo em proporção ao PIB do país, contribuindo para a redução do nível da atividade interna, e, 4 - elevado processo inflacionário, que assumiu contornos catastróficos devido, principalmente, ao seu componente inercial e à incapacidade do governo em estancá-lo.

À época, renomados economistas do país foram convidados para o Ministério da Fazenda com o objetivo de reverter esse quadro de “estagflação” e recolocar o país nos trilhos do crescimento. Mas, com remédios mais ou menos parecidos, os vários planos de estabilização macroeconômica (Cruzado I e II, Bresser, Verão e “Feijão com Arroz”) pioraram o ambiente de negócios, utilizaram instrumentos heterodoxos e apenas conseguiram gerar expectativas de novas intervenções nos preços para refrear o processo inflacionário que chegava a dois dígitos mensalmente (em 1989, a taxa de inflação acumulada medida pelo IPCA foi de 1.782,86%). Nesse ambiente macroeconômico, três efeitos adversos podem ser destacados. A queda da

formação bruta de capital fixo, de 25% em finais dos anos 1970 para 21% em 1989, e uma taxa média de crescimento do PIB ao longo da década de 1980, de aproximadamente 1,6%. A taxa de desemprego do país atingiu no pior ano da série, 7,9% da população economicamente ativa em 1981 e 3,3% no melhor ano em 1989, mesmo com o surto inflacionário vivenciado à época. Na Tabela 1 são exibidos alguns indicadores econômicos das décadas de 1980 e 2010.

Tabela 1
Indicadores econômicos das décadas de 1980 e 2010 (em %)

| Anos | Desemprego | Inflação | PIB | Anos | Desemprego | Inflação | PIB |
|--------------|------------|--------------|------------|--------------|-------------|------------|------------|
| 1981 | 7,9 | 95,2 | -4,3 | 2011 | 7,3 | 6,5 | 4,0 |
| 1982 | 6,3 | 99,7 | 0,8 | 2012 | 6,7 | 5,8 | 1,9 |
| 1983 | 6,7 | 211,0 | -2,9 | 2013 | 7,1 | 5,9 | 3,0 |
| 1984 | 7,1 | 223,8 | 5,4 | 2014 | 7,5 | 6,4 | 0,5 |
| 1985 | 5,3 | 235,1 | 7,9 | 2015 | 8,3 | 10,7 | -3,5 |
| 1986 | 3,6 | 65,0 | 7,5 | 2016 | 11,3 | 6,3 | -3,3 |
| 1987 | 3,7 | 415,8 | 3,6 | 2017 | 12,8 | 3,0 | 1,3 |
| 1988 | 3,8 | 1037,6 | -0,1 | 2018 | 12,3 | 3,8 | 1,3 |
| 1989 | 3,3 | 1782,9 | 3,2 | 2019 | 11,9 | 4,3 | 1,1 |
| 1990 | 4,3 | 1476,7 | -5,1 | 2020 (1) | 15,0 | 2,5 | -3,0 |
| Média | 5,2 | 564,3 | 1,6 | Média | 10,0 | 5,5 | 0,3 |

Fonte: Para os anos 1980 utilizou-se a Revista Conjuntura Econômica da FGV.

Para os anos 2010 foram utilizados dados do SIDRA-IBGE.

Nota: (1) Para 2020 foram utilizadas as projeções feitas pelo autor do texto com base nas expectativas das principais instituições do mercado brasileiro e do Ministério da Economia, do governo federal, realizadas no final do mês de abril.

Os dados da Tabela 1 não permitem a comparação temporal em função da utilização de procedimentos metodológicos diferentes para o cálculo destes indicadores, mas eles refletem uma realidade que à sua época era possível observar. O conceito de década perdida estava, ao seu tempo, identificado mais fortemente ao processo inflacionário e à impossibilidade de revertê-lo com o receituário dos economistas da época e com os planos de estabilização frustrados pelas expectativas inflacionárias que eles mesmos retroalimentavam. E, claro, em função da queda na taxa de crescimento do PIB em relação aos anos 1970, quando a economia brasileira apresentou uma expansão média anual de 8,6%.

O Brasil parece ter perdido a mão nas ações de planejamento para uma retomada do crescimento econômico. É inequívoco o processo de estabilidade de preços alcançado no bojo das transformações trazidas pelo Plano Real. Mas, mesmo com uma inflação relativamente baixa se comparada aos padrões do passado, igualmente estamos reféns de medidas macroeconômicas que sejam capazes de elevar novamente a participação da formação bruta de capital fixo no PIB, atualmente no seu pior patamar histórico, de aproximadamente 15% (em 2019, segundo as contas nacionais do IBGE) e com isso reverter às baixas taxas de crescimento da economia brasileira,

até mesmo pelos efeitos multiplicadores que os investimentos proporcionam ao emprego, renda e consumo.

Apesar dos claros desequilíbrios da primeira década perdida, a taxa de desemprego na segunda metade dos anos 1980 atingiu patamares que todos os brasileiros gostariam de reviver atualmente. Mas, com a economia em um “estado estacionário”, crescendo apenas 0,3% em média na década de 2010, será difícil reverter essas estatísticas, até mesmo porque o padrão tecnológico em curso vai gradativamente utilizar menos mão de obra para cada nível de produto.

Estamos diante de uma nova década perdida. Valem para esse período praticamente os mesmos pilares de outrora. Crise fiscal e financeira do Estado, manifestada pela baixa arrecadação e incapacidade de reverter o déficit público, dificuldades externas advindas das instabilidades na geopolítica internacional, que provocaram oscilações nas relações comerciais brasileiras e, porque não dizer, inexpressiva taxa de formação bruta de capital fixo em proporção do PIB, além da elevada taxa de desemprego, talvez a maior mudança na comparação entre os dois períodos. Nos anos 1980, a conturbação do ambiente externo foi muito mais exacerbada. A crise dos 2010 é mais interna. Mesmo com oscilações na corrente de comércio internacional, não houve nesta última década semelhante desajuste no balanço de pagamentos como durante a “primeira década perdida”.

Novamente temos a dificuldade de perceber a orquestração de ações econômicas necessárias para uma retomada do crescimento que resolvam dois problemas de uma só vez: aumentar a arrecadação de impostos indiretos, com a qual se financia o déficit público, e gerar postos de trabalhos formais, com salários mais altos e estáveis para expandir o consumo das famílias, que todos sabem é o componente mais importante da demanda agregada, em termos de sua representatividade no PIB do país. A diferença é que no passado os economistas criavam os planos econômicos, combinando medidas fiscais, monetárias e cambiais para recolocar a economia nos trilhos. Ainda que essas experiências tenham trazido mais insucesso do que resultados efetivos, era possível perceber o Estado planejando as ações de curto, médio e longo prazos na economia brasileira.

Parece que nós desaprendemos com os legados da história econômica do país. Em 2013, em um documentário feito por Mailson da Nóbrega, o ex-ministro do governo José Sarney afirmou que “estávamos condenados a dar certo”. E, semelhante ao que aconteceu quando o então ministro da Fazenda tentou estabilizar a economia brasileira do final dos anos 80 (sem sucesso), a taxa de crescimento do PIB do Brasil a partir do ano de 2014

pôs “por terra” toda a expansão vivida naquele início de década, novamente trazendo para nossas mentes a alusão de uma nova década perdida. Tomara que dessa vez o início de um novo período decenal traga mais alento para o país e que seja bem diferente do que aconteceu no início dos anos 1990, quando se buscou um receituário muito parecido com as medidas adotadas pelo governo Bolsonaro para resolver os problemas do baixo crescimento econômico do Brasil.

Apesar da total ausência de um plano econômico, com ações explícitas de curto prazo e uma visão de longo prazo, a equipe econômica que comanda agora o Ministério da Economia (em substituição ao do Planejamento e Fazenda), desde o finalzinho da década de 2010, afirma ter encontrado a “fórmula” para a retomada do crescimento do PIB brasileiro. Privatizações, ajuste fiscal, reformas estruturais (previdência, administrativa e tributária), diminuição progressiva de qualquer gasto público e desaparelhamento do Estado estão entre as medidas centrais. No lado monetário, um corte abrupto na taxa de juros, com a Selic atingindo o menor patamar de sua história (3,75% ao ano) e no lado cambial uma desvalorização da moeda nacional, claramente não coordenada pela equipe econômica, mas pelas condições vigentes dessa época (conflitos entre China, EUA, Arábia Saudita, Rússia, além da pandemia do coronavírus). Não se trata de uma crítica ao modelo neoliberal, mas uma constatação à luz das evidências: o problema do Brasil ao longo da década de 2010 não era de oferta e sim de insuficiência de demanda. Em um contexto como esse, a queda na taxa de juros tem pouca capacidade de alavancar a economia e por isso a política fiscal expansionista acaba assumindo um papel não apenas estratégico, mas necessário.

Além disso, não há no curso atual da economia brasileira um plano para a efetiva retomada do crescimento econômico, para aumentar a competitividade dos setores produtivos ou para a elevação da produção industrial (que em dezembro de 2019 ainda registrava um patamar 12% menor que o de 2014, segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física do IBGE), mas, uma crença de que o orçamento público superavitário e a ausência do Estado nas ações econômicas serão suficientes para a reversão nas tendências declinantes do crescimento do PIB e do emprego.

O primeiro resultado dessas medidas em conjunto apresentou baixo crescimento (apenas 1,1% na comparação entre 2019/2018, segundo os dados das contas trimestrais do IBGE) e uma alta taxa de desemprego (11,9% da PEA, ou 11,6 milhões de pessoas. E, ainda falando desse resultado para o mercado de trabalho brasileiro, nesse mesmo período, a informalidade atingiu 41,1% da população ocupada, maior taxa desde o ano 2016, ambas informações segundo a PNAD Contínua do IBGE). Vamos esperar e torcer

que as condições que não permitiram ao governo Collor lograr resultados mais positivos nos anos 1990 não se repitam e que a nova década, de 2020, comece com uma taxa de crescimento que suplante as expectativas de mercado (segundo o Boletim Focus, do Banco Central, divulgado em 20 de abril, a taxa de crescimento do PIB brasileiro esperada para 2021 deverá ser de 3,1% aproximadamente). Mas, infelizmente isso não nos parece crível até mesmo pelas incertezas provocadas pelo alastramento do coronavírus, que vai provocar mais restrições e adversidades para uma economia já bastante debilitada.

A esse respeito, é importante fazer uma pontuação para evitar que essa análise seja considerada tendenciosa. A pandemia acontecida em 2020 por conta do coronavírus provocou uma queda vertiginosa da economia mundial, com reflexos negativos em todos os países. No momento em que este texto foi escrito (final de abril do corrente ano), as estimativas globais davam conta de quedas acentuadas em praticamente todas as economias, sobretudo na China, EUA, zona do euro e em toda América Latina. Embora a magnitude desta crise não seja possível de ser calculada (ainda), até mesmo pela falta de bases de dados estatísticos, todas as projeções de PIB foram revistas para baixo, indicando uma recessão global que não pode ser menosprezada para efeito desta análise. Ainda assim, caso esse pesadelo não tivesse acontecido, o sonho também não seria colorido. Se levada em consideração a estimativa feita pela equipe econômica antes de conhecidos os efeitos desta epidemia mundial, a taxa de evolução do PIB brasileiro em 2020 seria de 2,1%, em relação ao ano imediatamente anterior. Caso esse resultado fosse alcançado com precisão, a taxa média de crescimento entre 2011 e 2020 mudaria de 0,33% para 0,81% ao ano. Mesmo que o resultado ao final seja muito mais baixo do que a queda de 3,0% projetada para o PIB brasileiro em 2020, um único ano não cria uma tendência para uma década, por pior que ele seja.

Um grande cantor dos anos 1980 dizia em uma de suas belas letras musicais “eu vejo o futuro repetir o passado”. Eu não gostaria de endossar tais palavras, mas, realmente estamos vivendo no presente algo muito parecido com essa realidade do passado recente do Brasil. É preciso não ignorar os fatos e o curso já contado pela história. Em geral, os países ao redor do mundo que realizaram reformas em que se retirou o Estado de suas funções precípuas, diminuindo o fluxo monetário, arrochando salários de trabalhadores, enfrentaram crises sérias e dificuldades sociais irreparáveis. E não apresentaram taxas de crescimento do PIB que refletissem uma inversão de tendência.

O importante agora é a melhoria nas expectativas, a retomada dos investimentos e do crescimento do PIB para o início de uma nova década. Mas isso não vai acontecer sem aumentar a geração de empregos, a distribuição de renda e a competitividade dos setores produtivos do país (segundo a FINEP, o percentual de investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico atingiu apenas 1,3% do PIB brasileiro em 2017). Eu reforço que deposito grande fé nos processos históricos. Espero que ao atualizar esse texto daqui a dez anos tenhamos muitas novidades para contar, sobretudo que conseguimos enfrentar os percalços e voltar a registrar taxas elevadas no crescimento econômico do Brasil.